

Resenha

Tática, estratégia e improviso: teoria da revolução e suicídio revolucionário

Vitor Bartoletti Sartori*

Palavras-chave:

Marighella; via colonial; PCB.

Key words:

Marighella; colonial way; PCB.

Rezende, Claudinei Cássio. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução por etapas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 257 p.

Uma das questões mais difíceis para o pesquisador das ciências humanas talvez seja conciliar os diversos campos do conhecimento, que marcam suas áreas de interesse e, de modo mediado, sua prática diuturna. E isso talvez apareça de modo ainda mais claro quando se têm como referencial teórico os delineamentos de Karl Marx, autor dificilmente redutível a quaisquer das ciências parcelares, como a filosofia, a sociologia, a economia, a história, o direito etc. Por isso, é preciso seriedade e dedicação quando se têm em mente determinados temas, como o do livro em referência, temas esses que, pela sua natureza, fazem que aquele que pretende uma análise rigorosa precise percorrer os mais distintos aspectos e nuances das humanidades.

Ao tratar de um tema tão polêmico como a luta armada durante a ditadura militar, Claudinei Cássio de Rezende, autor de inspiração marxista, toma tais questões em conta, assumindo um difícil desafio: não se ater a uma leitura parcial, fragmentada e segmentada de seu objeto. E, neste ensejo, podemos dizer que, justamente na medida em que o autor de *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução por etapas* é consciente do cuidado necessário em sua empreitada, ele é bem-sucedido. Só por isso, a leitura de seu texto já é um convite à reflexão.

Buscando relacionar os distintos graus de abstração inerentes à pesquisa científica, o autor não concebe qualquer “modelo” ou “hipótese” apriorísticos por meio dos quais os fatos viriam a ser contorcidos (algo, infelizmente, muito comum nos dias de hoje); antes, ressaltando a influência do filósofo brasileiro J. Chasin, busca o autor do livro aqui em referência a real e efetiva tessitura de seu objeto, procurando explicitar as determinações do último na medida em que integra em seu texto a análise imanente das inseparáveis ideologia e práxis que marcaram a principal figura da luta armada durante o governo militar: Carlos Marighella.

Tal análise não é nada fácil, pois requer que Rezende tenha domínio tanto das teorias e dos fatos que marcam a época de Marighella, quanto das distintas posições que se apresentam hoje sobre a questão da luta armada – seu livro, assim, aparece como um convite para o debate e ao embate (que o autor faz com coragem, já que não mede as palavras quando se trata de criticar aquilo que acredita ser necessário) dentro do campo da esquerda. Em sua análise detida, temas espinhosos como a famosa (famigerada?) “questão metodológica”, a relação entre tática e estratégia, a peculiaridade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a particularidade da ditadura brasileira, entre outros, aparecem entrelaçados de modo orgânico. De tal forma que o primeiro desafio colocado ao autor (superar o enfoque parcelar) é resolvido na medida em que a análise do pensamento e da práxis de Marighella, mostra convincentemente Rezende, somente é possível – caso se trate de uma análise séria – com a apreensão da

* Doutor em filosofia do direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

íntima conexão existente entre os textos do dirigente, o modo como enxerga sua militância pretérita (no PCB) e sua práxis.

Deve-se destacar, pois: não é um “método” preteritamente definido pelo autor de *Suicídio revolucionário* que justifica o tratamento de seu objeto; antes, são as determinações da guerrilha, do contexto brasileiro e do pensamento de Carlos Marighella que se explicitam paulatinamente no texto de Claudinei Cássio de Rezende. Isto ocorre de tal maneira que, mesmo se o autor não desejasse, continuaria a ser necessária uma análise dos diversos graus de abstração em que se explicita real e efetivamente seu objeto da pesquisa. O desafio que Rezende se coloca, pois, não é pequeno. Diz o autor, neste sentido, que procura albergar três aspectos ao explicitar as determinações de seu objeto:

O mito da ação guerrilheira como agente possível da revolução; a caracterização do Brasil como semifeudal, sustentada pelo andaime pecebista, resultando a ideia de uma classe camponesa no Brasil e das fases inexoráveis da teoria da transição; a ideia de que o Brasil estava enfrentando uma ditadura fascista, o que atesta o improviso teórico de Marighella, sua explicitação pela prática imediata e sua herança com o legado da esquerda tradicional brasileira. (REZENDE, 2010, p. 125)

Ao tratar da ação guerrilheira, Rezende procura mostrar como, mesmo que de modo nuançado, a teoria do foco revolucionário – retirada da experiência cubana, e teorizada, sobretudo, por Régis Debray – teve influência considerável na conformação da guerrilha no Brasil. Ao fazê-lo, o autor de *Suicídio revolucionário* não deixa de apontar que há uma mudança inegável de tática de Marighella frente àquela do PCB (que se colocava pela luta institucional). Assim, certamente, haveria ruptura, a qual não poderia ser negada em determinado nível. No entanto – e neste ponto o texto é de grande relevo –, há, segundo o autor, uma continuidade muito importante a ser ressaltada: mesmo que Carlos Marighella tenha rompido com o programa pecebista, seria notável uma continuidade estratégica, expressa na medida em que a luta guerrilheira seria, acima de tudo, anti-imperialista e antifeudal. Portanto, tal qual a teoria mais aceita na “esquerda tradicional” (basicamente, aquela mais próxima ao PCB), ter-se-ia subjacente à teorização do líder guerrilheiro certo etapismo inerente à grande maioria daqueles que tiveram sua formação teórica sob os auspícios da III Internacional e dos partidos comunistas que se alinharam ao Partido Comunista da URSS.

Rezende ainda aponta em Marighella certo descuido quando se trata de compreender a situação nacional: seria mesmo o capitalismo brasileiro semelhante àquele da China (usada como modelo pela URSS e pela III internacional)? Seria possível pensar em algo como o fascismo em terras tupiniquins? Seria possível transplantar, mesmo que de modo nuançado, o foquismo para o Brasil? Ao ligar as tarefas da revolução à eliminação dos resquícios semifeudais e ao relacionar a ditadura militar a uma espécie de fascismo, Marighella dá resposta afirmativa a essas perguntas. Claudinei Cássio de Rezende, por outro lado, tendo por referência autores do quilate de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e J. Chasin, por sua vez, responde negativamente a tais questões, procurando mostrar que o modo pelo qual a guerrilha se conforma, em parte considerável, tem por base certa aversão à teoria, aversão esta que a leva, não obstante, à aceitação tácita de parte considerável das teorias oriundas justamente da “esquerda tradicional”, à qual procura, desesperadamente, segundo Rezende, contrapor-se. Ou seja, por meio da análise imanente dos textos e da práxis de Marighella, Rezende demonstra a indissociabilidade entre teoria e prática, a qual não aparece como um postulado dogmático, mas como real e efetivo na realidade social.

Com isso em mente, não sem antes procurar render as devidas homenagens ao importante líder da esquerda que analisa, o autor do livro ora resenhado procura demonstrar como a guerrilha, ao fim, vem a se caracterizar como uma ação irrefletida (no sentido de não buscar a formulação consciente de uma teoria que tratasse de conciliar a especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro com a busca de uma estratégia formulada explícita e cuidadosamente). Massacrada brutalmente pelas forças da ordem bonapartista (denominação que o autor utiliza na esteira de Chasin e de Antonio Rago Filho), representava um protesto, por assim dizer, “legítimo”, certamente. Porém, seria preciso destacar que, ao fim, tratar-se-ia, sobretudo, de uma tática equivocada na medida em que “incorre no imbróglio do etapismo e do foquismo, ora recorrendo à Revolução Cubana, ora recorrendo ao maóismo, mas sem nunca romper *de facto* com o etapismo” (REZENDE, 2010, p. 124). Ou seja, mesmo se tratando de autênticos revolucionários, que se colocavam frontalmente contra o “reformismo” pecebista, aqueles envolvidos na tática guerrilheira ainda pagavam, quer quisessem, quer não, grande tributo ao legado que combatiam.

A negligência quanto à particularidade do capitalismo brasileiro (tema tratado pelo autor do livro, principalmente, com referência à teorização chasiniana da via colonial e em oposição tanto ao escravismo colonial de Gorender quanto à teorização mais afim com a III Internacional de Werneck Sodré) faria que, em parte considerável, houvesse empréstimos espúrios de teorias – e práticas – ligadas a outros contextos e a outras situações, como aquelas da China e de Cuba. Ou seja, a outra face de uma abordagem que não tem o devido cuidado com a apreensão reta da tessitura e da particularidade da formação social brasileira seria nada menos que um etapismo que

não deixaria de remeter a certa tradição stalinista, ainda que, de imediato, a esta última se contrapusesse de modo decidido. Mesmo que a luta armada trouxesse consigo um ímpeto que busca transformar radicalmente a realidade social, esta transformação, como pensada por Marighella, em verdade, ainda remeteria às posições etapistas.

Isso seria algo essencialmente criticável, segundo o autor de *Suicídio revolucionário*. No entanto, o pior aspecto da questão ainda estaria por vir, na medida em que haveria certa fetichização do “campesinato” brasileiro. Ela ocorreria de modo intimamente entrelaçado com as posições de Carlos Marighella, advindo quase que espontaneamente depois da derrota dos trabalhadores instaurada com o golpe de 1º de abril de 1964 – ao passo que os trabalhadores industriais pareciam não oferecer uma perspectiva imediatamente revolucionária, aqueles que se julgavam os verdadeiros revolucionários deveriam se voltar a outra tática, de forma que, de certo modo, segundo Rezende, o apego ao foquismo (atrelado com a herança “quimérica” do etapismo) seria o resultado de certo voluntarismo incompatível com a tradição teórica (e prática) reivindicada pelo líder da luta armada, a tradição marxista. Ao contrário desta última, no importante líder guerrilheiro – e, em verdade, em grande parte da esquerda –, haveria certa subordinação da teoria aos imperativos imediatos dados por cada situação momentânea – a especificidade do pensamento crítico, assim, degeneraria na medida mesma em que este último se vê como um mero instrumento de luta social.

Vê-se, pois, que o autor do livro procura mostrar a importância da apreensão reta do real na medida em que recrimina os improvisos teóricos. Ele critica a luta armada no Brasil não por ela ter sido radical demais: na verdade, em grande parte, tece a crítica oposta. Ao se colocar como uma luta anti-imperialista contra os “resquícios feudais”, a guerrilha é radical “de menos”. Ao mesmo tempo em que a mudança de tática de um Marighella traz consigo o ímpeto legítimo de um revolucionário digno de todo o respeito, ela traz também as vicissitudes da esquerda pátria, que, não raro, usufruiu de modelos artificiosos decorrentes da teoria “marxista-leninista” (para que sejamos claros: stalinista). A crítica tecida por Rezende, pois, não é aquela que recrimina a guerrilha por seus eventuais “exageros” circunstanciais; sua crítica se dirige, sobretudo, às reverberações dos improvisos teóricos de um Marighella que, não obstante sua sinceridade revolucionária, escorrega, trazendo certo apelo cego à prática imediata.

A análise do autor mostra de modo pungente a indissociabilidade entre a prática e a teoria que se relacionam real e efetivamente na luta armada. Para tal explicitação de seu objeto, o autor faz uso de um grande repertório, que, como apontamos, impôs-se à sua pesquisa. Em verdade, esta última, como mencionamos, tornou necessários tais mergulhos nos mais diversos campos das humanidades. Felizmente, *Suicídio revolucionário* é bem-sucedido nas tarefas que se propõe, dando abertura a um campo importante de debate na esquerda. Não só se torna claro que há inter-relação necessária entre a teoria e a prática contestadora em Marighella – autor que tem de ser lido pelo que foi, e não pelo que gostaríamos que tivesse sido: subjacente ao texto de Claudinei Cássio de Rezende está a crença, compartilhada por nós, segundo a qual, hoje em dia, com as devidas mediações e sob este aspecto atinente à inseparabilidade entre teoria e prática, o mesmo se dá. Por isso, pode-se dizer que, ao ler *Suicídio revolucionário*, deparamo-nos com um texto instigante, provocativo e que alberga e explicita o passado buscando, concomitantemente, e de modo rigoroso, sua especificidade e sua real e efetiva tessitura, na medida mesma em que não deixa de ter em conta a época em que vivemos, a qual, quer queiramos quer não, é herdeira daquela de que o autor trata.